

DPE-BA - ELEIÇÕES 2009-2011

Com o objetivo de contribuir para a democracia, que marca a eleição para o cargo de defensor público geral, a ASCOM ouviu os três candidatos com os mesmos questionamentos, publicando as respostas agora no Jornal Mural Defensoria em Cartaz e no site da Instituição - www.defensoria.ba.gov.br.



RAUL PALMEIRA

"Ingressei na DPE em 1984 e naquela época, o nascedouro da Defensoria, a nossa atuação foi marcada em Salvador, nas recém criadas Varas Distritais. Eu fui designado para responder pelas Distritais de Amaralina e Pituba e a de Itapagipe. Posteriormente, fiquei restrito às Varas Distritais de Itapagipe, respondendo pela de Assistência Judiciária, com competência para os processos cíveis, família e sucessões e pela Vara Criminal de Itapagipe. A partir de 1990 fui titularizado como defensor público da 2ª Vara Privativa do Júri, mas como a falta de defensores era tão significativa - éramos apenas 26 - respondi cumulativamente pela Vara do Consumidor, pouco tempo, e por mais de 7 anos, pela Vara de Registros Públicos. Contando ainda, que, no período do óbito do antigo titular da 1ª. vara do Júri fui o defensor responsável por ambas unidades".

<http://raulpalmeira.blogspot.com/>



RICARDO CARILLO SÁ

Ingressou na Defensoria Pública do Estado da Bahia no dia 03 de junho de 1997. Trabalhou nas comarcas de Caravelas, Alcobaça e Prado. Em 2000 foi convidado para trabalhar em Salvador, onde inicialmente ficou ligado ao gabinete do defensor geral no atendimento ao público, na elaboração de peças processuais e na substituição de colegas nas diversas unidades judiciais de família, cíveis e criminais, além da Curadoria Especial. Foi sub-coordenador do Núcleo Cível e de Família, coordenador da CAR e duas vezes da Curadoria Especial, além de passar um curto período como adido ao gabinete da ex-defensora pública Hélia Barbosa. Atualmente, é titular da 1ª Defensoria Pública da Curadoria Especial

<http://www.ricardocarillo.spaceblog.com.br>



TEREZA CRISTINA

" Sou defensora pública desde 1984. Atuei nas Varas Cível, Família, Criminal e por 18 anos na 1ª Vara de Família 1984 a 2002; coordenei o Núcleo do Fórum Ruy Barbosa da Defensoria Pública da Bahia até 2002. Presidi a Associação dos Defensores Públicos da Bahia ADEP de 2002 a 2004. Fui membro do Conselho Superior da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP 2004/2006; conselheira do Conselho Superior da Defensoria Pública da Bahia 2004/2006; titular da Defensoria Pública Especializada no Núcleo de Direitos Humanos; e substituta na 23ª e 24ª Varas Cíveis. Em 2007 fui eleita pela classe para o cargo de defensora Pública-Geral para o biênio 2007/2009 e conduzida ao cargo por escolha do governador. Por este cargo passei a membro nato do Conselho Superior da Defensoria Pública da Bahia 2007/2009 e fui eleita secretária do Conselho Nacional dos Defensores Gerais CONDEGE- 2008. "

<http://www.terezadpe.blogspot.com>

1) Por que o Sr./ a Sra. quer ser defensor(a) público(a) geral ?

Raul Palmeira - Pretendo que a DPE esteja atenta neste dois anos futuros, se me couber capitanear a Instituição, para plantar a consciência nos cidadãos de que o Estado pode ser guerreado e, ninguém menos que o defensor público, como o profissional mais qualificado para fazer, porque é competente, combatente e independente.

Ricardo Carillo Sá - Sem que isso pareça um auto-elogio, eu acredito ter o perfil que, na atual conjuntura, será muito útil para enfrentar as dificuldades da nossa Defensoria, principalmente na área política. Ou seja, vamos abrir os canais de comunicação com o governo, demonstrando que a DPE é uma questão de política pública aplicada. Além disso, sou democrático, que respeita as opiniões adversas; sou conciliador, aberto ao diálogo, trabalhador aplicado, assíduo e gosto de estudar, além de transitar em diversas correntes dentro e fora da DPE do ponto de vista jurídico e político"

Tereza Cristina - Para prosseguir com o trabalho desenvolvido nos últimos dois anos de fortalecimento da Defensoria Pública, voltado para a valorização do defensor público, melhoria das condições de trabalho e ampliação do quadro de defensores, dando mais dignidade no atendimento ao assistido e permitindo que o acesso à Justiça seja algo concreto em um número muito maior de comarcas no Estado.

2) Dentro das suas propostas, qual a que considera mais importante e por que?

Raul Palmeira - Minha proposta básica é de uma gestão participativa e transparente aos defensores públicos e aos servidores da Instituição. Ou seja, em sendo eleito para exercer o mais alto cargo da minha carreira funcional, trimestralmente os colegas da Capital e do Interior irão escolher as metas do período. Os do Interior irão identificar e reconhecer as necessidades das suas comarcas e as ações que deveremos adotar no propósito de mostrarmos aos cidadãos o quanto podemos ser combativos e com atitudes que irão buscar o acesso à justiça dos nossos assistidos de forma qualitativa e eficiente. Em suma, quero uma administração não do que eu apenas entenda relevante, mas do que é importante para todos os defensores públicos, sem que isto transforme a Instituição numa anarquia ou passe a imagem de não ter comando.

Ricardo Carillo Sá - O espaço de 10 linhas é pouco para externar nossas propostas de gestão. Seria injusto eleger a principal, pois considero todas importantes, pois elas são frutos de um processo de construção coletiva. Dentre as propostas poderia enumerar a de: implementar a autonomia da Defensoria Pública no Estado e fortalecer a instituição por meio de orçamento adequado às ações planejadas e necessárias ao seu crescimento, mediante defesa inviolável de suas funções; implantar orçamento participativo e possibilitar a todos os defensores apresentarem propostas e opinarem sobre a priorização dos recursos a serem aplicados; desenvolver uma gestão compartilhada e aberta, objetiva e transparente, capaz de ouvir os colegas, discutir objetivos, avaliar as idéias com tolerância, flexibilidade, responsabilidade e socializar sempre as situações e decisões.

Tereza Cristina - Dar condições mais dignas de trabalho ao defensor público o que, conseqüentemente, se refletirá na garantia de acesso a Justiça ao cidadão, potencializando as discussões das políticas públicas para fazer o cidadão mais consciente dos seus direitos e deveres. Quando dignificamos o defensor público, o cidadão passa a se sentir um agente de direito. Assim a gente consegue fazer o real papel da Defensoria.

3) O que é prioridade para a Defensoria Pública da Bahia hoje? Por que?

Raul Palmeira - Acho importante para Defensoria Pública hoje mostrar-se como uma Instituição de Poder para os cidadãos e não uma visão assistencialista. Entendo ainda que tem sido muito difícil ao hipossuficiente chegar à DPE e para concordar comigo basta uma visita à sede da Rua Arquimedes Gonçalves, ou à sala 17 do Fórum Ruy Barbosa. Sem que com isto esteja fazendo críticas às colegas que estão nas subcoordenações respectivas porque são problemas que ultrapassam às vontades delas.

Ricardo Carillo Sá - Não tenho dúvidas que a prioridade premente da Defensoria Pública do Estado da Bahia é a união de seus membros, que se encontram desunidos, fracionados e desmotivados com a falta de critérios objetivos na condução de sua política interna e externa. Será o grande desafio do próximo gestor!

Tereza Cristina - Viabilizar o diálogo da Defensoria Pública com a sociedade civil. Acredito que, na busca da consagração efetiva da cidadania plena para tornar eficazes os direitos civis, políticos e sociais, é

DPE-BA - ELEIÇÕES 2009-2011

indispensável a parceria da Defensoria Pública com as forças representativas da sociedade civil. Já iniciamos este diálogo a partir de 2007, mas há a necessidade de ampliá-lo. Atualmente a Defensoria já é percebida pela sociedade, mas ainda é confundida com outras Instituições ou erroneamente entendida somente como advocacia dativa prestada pelo Estado.

4) Qual a sua proposta para fortalecer a relação Defensoria x assistidos ?

Raul Palmeira - As questões de Direitos Humanos são importantíssimas, ao meu visto. Me preocupo com a reinserção do egresso, ao lado disso, as pessoas que sofrem processos judiciais - e não são poucas - que ao final o Estado não prova a participação delas no delito em apuração. A DPE precisa começar a agir de forma a reparar este dano ao cidadão. São danos graves, tanto no âmbito moral, como no material. O Estado precisa começar a sofrer condenações deste porte. O cidadão se sentirá mais forte. Não se pode deixar de lado as questões da violência sexual contra menores, tem também o tráfico de mulheres para outros países, com o cunho de exploração sexual, mediante uma escravidão ignóbil.

Ricardo Carillo Sá - Temos muitas propostas para aproximação e fortalecimento da DPE e o assistido, dentre elas, ampliar o sistema de especialização, com o desmembramento do atendimento família, consumidor, cível e Fazenda Pública. Além da criação de setores específicos para atendimento das demandas coletivas, por exemplo, da questão da regularização fundiária, a qual já temos atuações e experiências exitosas nesta área.

Tereza Cristina - Ampliar ainda mais o número de defensores públicos fortalecerá a relação da Instituição com o cidadão, visto que a demanda tem aumentado a partir das novas atribuições legais da carreira, da ampliação dos espaços institucionais no interior e do investimento da atual gestão na publicidade das nossas Ações Cidadãs, tais como: Sou Pai Responsável, Velhos Amigos e Todos tem o direito de se defender. Além do lançamento de diversas cartilhas dando, assim, maior visibilidade à Defensoria.

5) Sendo eleito, como conduzirá o diálogo com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário?

Raul Palmeira - Os diálogos com os represent antes dos poderes públicos nominados serão mantidos com o mais absoluto respeito, o que não impende ser entendido como submissão. Mas, buscaremos que Executivo, Legislativo e Judiciário ao tratarem com o defensor público geral saibam que estão tratando com a Defensoria Pública do Estado da Bahia, que irá exigir a mesma respeitabilidade que concederá. Isto é, sempre estaremos aberto ao diálogo impondo e exigindo a altivez das Instituições em debate.

Ricardo Carillo Sá - Pelo conhecimento que nós temos com representantes dos três Poderes e, mais, o Ministério Público e a Procuradoria do Estado, envidaremos todos os esforços para restabelecer os canais de comunicação com o Governo, para demonstrar ser a DPE uma política pública permanente, preventiva, essencial à função jurisdicional do Estado e indispensável ao Estado Democrático de Direito, para a efetividade dos Direitos Humanos, por seu caráter de assistência social e de justiça social.

Tereza Cristina - Com a transparência e o respeito necessários, sempre buscando o fortalecimento e o respeito à autonomia da Defensoria Pública, que é instituição essencial à Justiça.

6) Entre as lutas encampadas pelas Defensorias Públicas nacionalmente para o fortalecimento da instituição, qual a que o Sr. considera mais importante e como pretende, na condição de defensor público geral, conduzir a participação da DPE-Bahia neste processo?

Raul Palmeira - Ver a Defensoria Pública instalada em cada Estado da Federação Brasileira. Aliás, no final da minha palestra no I Encontro Nacional dos Defensores Públicos do Tribunal do Júri, pedi e foi deferido, que constasse na Carta final do encontro o endereçamento às autoridades dos Estados o pleito da Instalação Já de DP. Iniciamos 2009 com o comprometimento do Governador de Goiás de que ainda este ano lá será instalada a DP. Aliar a DP da Bahia ao pensamento do Conselho de Defensores

Públicos Gerais - CONDEGE - não titubeando, nem postergando quaisquer vantagens jurídico-políticas para a Instituição.

Ricardo Carillo Sá - Tenho a consciência das conquistas alcançadas por nossa Instituição para a garantia da tríplice autonomia (administrativa, funcional e iniciativa orçamentária). Todavia, para que a Instituição possa reger suas normas de conduta e exercer as próprias funções, precisa do empenho maior de todos os dirigentes das Defensorias Gerais, para conseguir as alterações indispensáveis na Lei Complementar Nº 101, de 2000, que trata da responsabilidade fiscal e assegura, em seu art. 12, § 3º, percentual representativo para a receita líquida das DPES, como ocorre com os demais órgãos autônomos. Essa será, portanto, uma das diretrizes que ocupará espaço de prioridade em minha gestão, pois, sem orçamento próprio, digno e independente não podemos exercer plenamente nossa autonomia, porque ainda estamos atrelados à vontade política do Chefe de Estado e de Governo. Com autonomia institucional plena não restará dúvida quanto à autonomia funcional e as prerrogativas dos defensores públicos. Assim, lutarei também para que seja aprovada com a maior brevidade a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que assegurará definitivamente a autonomia das Defensorias Públicas no âmbito nacional, com a garantia de subsídio e melhoria das condições de trabalho.

Tereza Cristina - Consolidar a Defensoria Pública como instituição de Estado integrante do Sistema da Justiça e isso só ocorrerá, como temos feito à frente da Secretaria do Condege, com o monitoramento constante dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional que dizem respeito aos temas relacionados com a Instituição, o defensor público e o cidadão. Como exemplo de proposições importantes temos a PEC 144, o PLC 28, o projeto de modificação da Lei 1060/50, que restringe o conceito de hipossuficiência, o projeto de lei que trata das chamadas "defensorias municipais" e a modificação da Lei de Execução penal, onde conseguimos incluir a Defensoria como órgão de Execução Penal. Também tem sido importante o diálogo com o DEPEN no sentido de fortalecer a Defensoria no Sistema Prisional.

Data da eleição - 27/01/2009

**Local de votação - Sede da Defensoria
(Canela-Salvador)**

Horário - 09 horas às 18 horas